

## PAULO FREIRE: LEGADO TEÓRICO-PRÁTICO PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA

PAULO FREIRE: THEORETICAL-PRACTICAL LEGACY FOR A HUMANIZING EDUCATION

PAULO FREIRE: LEGADO TEÓRICO-PRÁCTICO POR UNA EDUCACIÓN HUMANIZADORA

Jórisa Danilla Nascimento Aguiar<sup>1</sup>  
Hermenegildo Moreira da Costa Neto<sup>2</sup>

**Manuscrito recebido em:** 14 de setembro de 2021.

**Aprovado em:** 18 de janeiro de 2022.

**Publicado em:** 18 de fevereiro de 2022.

### Resumo

Rememorando, todavia, o centenário de Paulo Freire, destacamos o caráter humanizador de seu legado teórico-prático que tanto dialoga com o tempo presente de crise orgânica em âmbito nacional. Em nossa hipótese, Freire apresenta-se como referência fundamental para educadores em formação, por indicar a possibilidade e necessidade de formar uma visão crítica de mundo a partir de uma perspectiva na qual os valores democráticos e a busca pelo empoderamento em perspectiva coletiva são premissas primeiras. Debateremos a partir da perspectiva de não-neutralidade no ato de educar, sobre a validade da abordagem freiriana em disciplinas relevantes para a formação do pedagogo e que só recentemente ganham espaço na academia, como a disciplina Educação em Direitos Humanos, importante para propiciar acolhimento, respeito e valorização da diversidade e da democracia. Neste ensejo, traremos alguns recortes da sua obra em cotejo com perspectivas como a Decolonialidade e as Epistemologias do Sul, que preconizam a leitura de mundo e a história integral como pontos de partida para uma outra educação possível. Freire nos indica a necessária “tomada de consciência” e a “disputa sobre os rumos da sociedade” pelos grupos historicamente subalternizados, os oprimidos. Nas conclusões, destacamos suas contribuições para uma educação emancipadora e humanizadora, não só por ser um defensor da educação para todos e todas, das camadas populares e classe trabalhadora, mas também por buscar o despertar da vocação ontológica dos homens e mulheres do povo, a partir do conhecimento das contradições e antagonismos da sociedade, enquanto protagonistas da transformação da mesma.

**Palavras-chave:** Paulo Freire; Educação; Emancipação; Sociedade; Direitos Humanos.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integrante do Grupo de pesquisas PRÁXIS: Estado e Luta de Classes na América Latina e do Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-Raciais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4996-0275>. Contato: [danilla.aguiar@ufrn.br](mailto:danilla.aguiar@ufrn.br).

<sup>2</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integrante do Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-Raciais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1362-3672>. Contato: [hermenegildo.moreira.706@ufrn.edu.br](mailto:hermenegildo.moreira.706@ufrn.edu.br).

### Abstract

Also remembering the centenary of Paulo Freire, we highlight the humanizing character of his theoretical-practical legacy that dialogues so much with the present time of organic crisis at the national level. In our hypothesis, Freire presents himself as a fundamental reference for educators in training, as he indicates the possibility and need to form a critical view of the world from a perspective in which democratic values and the search for empowerment in a collective perspective are first premises. We debated, from the perspective of non-neutrality in the act of educating, about the validity of the Freirian approach in subjects relevant to the formation of the pedagogue and that only recently gain space in the academy, such as the subject Education in Human Rights, which is important to provide reception, respect and appreciation of diversity and democracy. Bring some excerpts from his work in comparison with perspectives such as Decoloniality and Southern Epistemologies, which advocate the reading of the world and integral history as starting points for another possible education. Freire shows the necessary “awareness” and the “dispute over the course of society” by historically subalternized groups, the oppressed. In the conclusions, we highlight its contributions to an emancipatory and humanizing education, not only for being an advocate of education for the popular and working class, but also for seeking to awaken the ontological vocation of the men and women of the people, the starting from the knowledge of the contradictions and antagonisms of society, as protagonists of its transformation.

**Keywords:** Paulo Freire; Education; Emancipation; Society; Human rights.

### Resumen

Recordando, todavía, el año del centenario de Paulo Freire, destacamos el carácter humanizador de su legado teórico-práctico en la actualidad de crisis orgánica a nivel nacional. Freire se presenta como fundamental para los educadores en formación, ya que señala la posibilidad y necesidad de formar una visión crítica del mundo desde una perspectiva en la que se plantean los valores democráticos y la búsqueda del empoderamiento en una perspectiva colectiva como primeras premisas. Debatimos, desde la perspectiva de que no hay neutralidad en el acto de educar, sobre la vigencia del enfoque freiriano en materias relevantes para la formación del pedagogo y que solo recientemente ganan espacio en la academia, como la Educación en Derechos Humanos, importante por proporcionar aceptación, respeto y valoración de la diversidad y la democracia. Traeremos algunos recortes de su trabajo en comparación con perspectivas como la Decolonialidad y las Epistemologías del Sur, que abogan por la lectura del mundo y la historia integral como puntos de partida para otra educación posible. Freire nos muestra la necesaria “tomada de conciencia” y la “disputa sobre el rumbo de la sociedad” por los grupos históricamente subalternizados, los oprimidos. En las conclusiones destacamos sus aportes a una educación emancipadora y humanizadora, no solo por ser un defensor de la educación para todos, desde la clase popular y obrera, sino también por buscar despertar la vocación ontológica de los hombres y mujeres del pueblo, partiendo del conocimiento de las contradicciones y antagonismos de la sociedad, como protagonistas de su transformación.

**Palabras clave:** Paulo Freire; Educación; Emancipación; Sociedad; Derechos humanos.

## Introdução

No ano de 2021, comemorou-se o centenário de Paulo Freire, nosso patrono da educação, que se tornou internacionalmente conhecido pelo seu método intrinsecamente relacionado à prática, suas contribuições para a difusão da Educação Popular e, claro, pelo ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo.

Este trabalho pretende rememorar o seu legado e, para isso, destacamos o caráter humanizador presente em sua práxis-teórica, como se pode perceber em algumas de suas obras trazidas ao debate, como *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2019), *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 2020) e *Pedagogia da indignação* (FREIRE, 2000), fundamentais para os educadores em formação, pois, nestas obras, muito se dialoga, a partir de experiências concretas, sobre a possibilidade e necessidade de formar uma visão crítica de mundo a partir de uma perspectiva na qual os sujeitos, principalmente os que compõe as camadas populares, são vistos e entendidos como parte mundo, e, sendo parte do mundo, trazem consigo experiências e saberes sobre o mesmo.

Afinal, por que é tão importante estudar Freire, em nossa formação enquanto educadores? Na busca de tentar responder essa pergunta, e tomando-a como mola propulsora desta reflexão, indicamos algumas razões que o fazem ainda tão atual, e que tanto nos fala sobre o tempo presente de crise orgânica<sup>3</sup> em âmbito nacional, e que com a pandemia, escancara ainda mais nossas chagas sociais e desigualdade.

Neste ensejo, partimos do pressuposto freiriano que educar não é um ato neutro; que o educador não educa sozinho, mas é também educado pelo educando e vice-versa, “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo [...]” (FREIRE, 2019, p. 71); que é necessária humildade para educar, e, principalmente, que “ensinar exige consciência do

---

<sup>3</sup> Para Gramsci, intelectual e militante italiano, uma crise orgânica seria mais profunda do que uma crise de conjuntura, seria uma crise nos padrões de poder. Não só uma crise econômica, mas que combinaria uma situação de conjunto. Essa crise do Estado em seu conjunto (econômica, social, política, poderíamos acrescentar, pensando o tempo presente, uma crise ambiental, climática, também moral) atingiria diretamente as formas de organização política e ideológica da classe dirigente, provocando uma "crise de autoridade", ou seja, uma crise de hegemonia (GRAMSCI, 2016).

inacabamento” (FREIRE, 2020, p. 49). Traremos aos debates alguns conceitos e perspectivas epistemológicas que só fazem sentido se pensadas e praticadas de maneira coletiva e que somente assim contribuem para a expansão de práticas emancipatórias de educação. Traremos alguns recortes da sua obra em cotejo com a Decolonialidade e as Epistemologias do Sul, que preconizam a leitura de mundo e a história integral como pontos de partida para uma outra educação possível. Freire nos indica a necessária “tomada de consciência” e a “disputa sobre os rumos da sociedade” pelos grupos historicamente subalternizados, os oprimidos.

Em nossa hipótese, Freire apresenta-se como referência fundamental para educadores em formação, por indicar a possibilidade e necessidade de formar uma visão crítica de mundo a partir de uma perspectiva na qual os valores democráticos e a busca pelo empoderamento em seu sentido transformador são premissas primeiras. Debateremos também sobre a validade da abordagem freiriana em disciplinas relevantes para a formação do pedagogo e que só recentemente ganham espaço na academia, como a Educação em Direitos Humanos, importante para propiciar acolhimento, respeito e valorização da diversidade e de uma cultura alinhada à democracia.

Nas conclusões, destacamos suas contribuições para uma educação emancipadora e humanizadora, não só por ser um defensor da educação para todos e todas, das camadas populares e classe trabalhadora, mas também por buscar o despertar da “vocação ontológica” (FREIRE, 2019) dos homens e mulheres do povo, a partir do conhecimento das contradições e antagonismos da sociedade, enquanto protagonistas da transformação da mesma.

### **Paulo Freire e a vontade amorosa de mudar o mundo**

Provavelmente o educador brasileiro mais influente do mundo, Paulo Freire completaria cem anos de nascimento, em 2021, neste período atípico, onde nos deparamos com uma pandemia mundial, que desnudou ainda mais nossas desigualdades e modificou substancialmente a vida todos, bem como os hábitos sociais, o que não foi diferente com a educação. Para além da pandemia, e, na verdade, como um fenômeno anterior, vivemos

uma guinada à direita na esfera política, caracterizada não apenas pelo recuo dos direitos e da distribuição de renda, como também por um ataque contra as instituições democráticas, avançando, em determinados países, para uma crise orgânica do capitalismo. No caso do Brasil, essa crise se inicia com as Jornadas de Junho de 2013 e uma série de manifestações ditas apartidárias que rejeitavam o sistema político e a corrupção, se acirra com as eleições de 2014 e a vitória apertada e não digerida da presidenta Dilma Rousseff, em seu segundo mandato, ganhando contornos antidemocráticos com o golpe institucional de 2016, culminando com o pleito eleitoral de 2018, onde o candidato da extrema direita Jair Bolsonaro alcançou o cargo presidencial.

Ademais, devemos considerar o sucesso extraordinário do ramo conservador religioso entre o povo pobre latino-americano<sup>4</sup>, cujo impacto parece ter sido, principalmente, entre as camadas populares não organizadas e nas áreas em que as comunidades de base estavam ausentes (LÖWY, 2016). Esse crescimento tem se constituído em um sério desafio à tentativa de promover uma cultura de emancipação popular, uma vez que parte importante de seus membros parece estar escolhendo uma forma de religião fundamentalista e não engajada, principalmente de perfil neopentecostal.

Deste modo, podemos dizer que atualmente passamos por um momento distinto ao que Freire vivenciou nas décadas de 1950 e 1960, quando movimentos sociais, setores progressistas da Igreja Católica, lideranças políticas e outras organizações sindicais e de base se organizavam em prol da luta pela educação pública, o combate à fome e a busca pelo desenvolvimentismo em termos econômicos e sociais. Então, por que Freire continua atual e tanto tem a nos dizer, fundamentalmente para professores em formação?

---

<sup>4</sup> Não é demais ressaltar que, particularmente no final dos anos 1950 e no par de décadas seguintes, na América Latina, duas concepções de leituras da realidade aparentemente distantes vão convergir na busca pela transformação da sociedade: o marxismo e o cristianismo. Tal convergência toma corpo intelectualmente com o Cristianismo da Libertação e sua posterior expansão com a Teologia da Libertação, assim como as significações das categorias “povo” e “vontade nacional-popular”. Outras categorias como “pobres” e “povo de Deus”, ainda que comuns no vocabulário judaico-cristão, ganharam significados nas práticas do cristianismo de libertação e na teologia da libertação nos diversos contextos geográficos e históricos do subcontinente. As categorias de “povo pobre” e “povo de Deus” tinham o potencial de sintetizar e simbolizar as lutas de setores marginais e periféricos da Igreja que, naquele tempo, buscavam superar a concepção jurídica, verticalista e autoritária da hierarquia eclesial. Sobre o tema, conferir SALES JR. e AGUIAR, A fé do povo latino-americano: entre o cristianismo da libertação e as lutas populares, 2020.

Primeiramente, porque seu legado diz muito sobre a educação ter a humanização como “tarefa precípua”, conduzindo para o centro da discussão pedagógica “a questão do ser (como verbo e sujeito) humano”, onde cada época será responsável por indicar que tipo de ser humano considera ideal (STRECK, 2011, p. 1 e 7). Além disso, Paulo Freire continua a ser um nome que circula em discussões teóricas, ou na própria mídia, seja positiva, seja negativamente. Nos fala muito sobre a possibilidade de mudança, de transformação da sociedade por meio da organização coletiva. Mesmo que não se qualificasse com um marxista convicto, enxergava o poder de transformação dos movimentos sociais populares, da formação integral (para a alfabetização e para a cidadania), e, por isso, é um dos nomes temidos pela direita política que tanto se privilegia com um mundo cindido, com o povo apartado de sua realidade e sem horizontes de emancipação.

Freire nos convida a romper a barreira entre “o ser e o nada” e nos convida a “ser mais”, a descobrir o “inédito viável”, adotando uma postura crítica de ação transformadora (FREIRE, 2019, p. 130). Enxergava e batalhava por esse protagonismo e participação popular no ato de educar, mas também e fundamentalmente na construção cidadã, partindo da leitura crítica do mundo, das realidades coletivas de existência. Entoava voz pelas iniciativas que buscaram recuperar a concepção de educação como um direito humano e como constituidora de uma identidade popular, baseada na história de vida, cultura e luta. Nesse ensejo, abriu caminho para práticas educativas alternativas como a Educação Popular no interior do Brasil, se encontrando com outros movimentos e lutas na que, a partir do final dos anos 1950 encontra, na América Latina, grande espaço de reprodução. A ideia de sociedade e educação passava pela compreensão que se tem do homem e do mundo como um lugar para se viver a diversidade e em coletividade.

Chama atenção alguns conceitos trazidos nas obras dialógicas de Paulo Freire que somente adquirem real sentido se pensadas e realizadas de maneira coletiva. Gostaríamos de destacar um desses conceitos, pela sua larga – e, por vezes, indevida – utilização contemporânea, que é o termo do *empoderamento*.

Joyce Berth, no livro *Empoderamento* contribui decisivamente com a necessária retomada categórica e radical deste conceito, que, segundo a autora, aparece em nosso contexto tão descolada da realidade: “No Brasil, “empoderamento” é um neologismo, ou seja, um fenômeno linguístico que cria uma palavra ou expressão nova ou, ainda, atribui um novo sentido a uma palavra já existente” (BERTH, 2019, p. 23).

A autora nos chama para a urgência do debate em torno da incompreensão e de ausência de criticidade diante do significado que se popularizou ao mesmo passo que se distanciou do significado mais complexo que o conceito chama uma essência política e de instrumento de luta social, que visa emancipação de grupos historicamente subalternizados, tidos como minoritários, grupos de mulheres, indígenas, LGBTQIA+, que não tem poder social, acesso aos benefícios que as leis já estipularam.

De forma bastante resumida, para atender aos objetivos do nosso debate aqui estabelecido, entendemos que, a discussão proposta por Berth indica que empoderamento não é sinônimo de designar poder ao outro. Por exemplo, se olharmos para uma mulher que é livre, financeiramente emancipada, que tem uma boa relação com o corpo, que acha que empodera outras mulheres a partir do seu exemplo, nós estamos caindo na armadilha do mercado que cooptou este termo como uma possibilidade de comercialização, seja de uma forma de vida ou de produtos que realizam essa idealização.

A partir do exemplo clássico, podemos perceber como a palavra empoderamento foi completamente distorcida, tomada pela ideia liberal de emancipação. Empoderar, enquanto um processo – que parte da conscientização política, do fortalecimento de sua identidade e condição, do processo psicológico – são pilares de uma mudança que trabalha também a perspectiva individual, mas que, enquanto resultado, trata-se de um coletivo, de uma simbiose (BERTH, 2019). Significa ainda, a partir destes processos complexos, questionar padrões de poder, estruturas de poder da nossa sociedade. E o mais importante é o entendimento que ninguém se empodera sozinho, seja somente a partir do seu exemplo ou de sua referência de vida. Empoderamento também significa criar ações para minimizar opressões vivenciadas por esses grupos historicamente subalternizados.

Paulo Freire aparece na obra de Berth como

um dos precursores da análise aplicada à realidade de grupos oprimidos, quando pensou na década de 1960 sobre a Teoria da Conscientização, a qual inspirou a Teoria do Empoderamento (...). O educador é da tradição de pensadores e pensadoras que refletem a partir da realidade concreta, concebendo, assim, a Teoria da Conscientização como prática para a libertação e de estratégias de atuação de grupos oprimidos. (...) Freire não acredita que é necessário dar ferramentas para que grupos oprimidos se empoderem; em vez disso, afirma que os próprios grupos subalternizados deveriam empoderar a si próprios, processo esse que se inicia com a consciência crítica da realidade aliada a uma prática transformadora. (BERTH, 2019, p. 27-28)

Pouco se fala sobre o fato de Freire ter sido um dos autores que primeiro utiliza a palavra empoderamento como sentido de liberdade. E, para o educador, a pessoa, grupo ou instituição empoderar-se é realizar, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir, se fortalecer e buscar sua emancipação.

### **As novas perspectivas epistemológicas em cotejo com a ótica freiriana: precursor da decolonialidade do poder/saber?**

Os saberes ditos modernos e hegemônicos vindos do ocidente passaram a ser submetidos a uma ampla crítica nas últimas décadas por meio da denúncia do seu caráter eurocêntrico e colonial, como indica Edgardo Lander (2005). São reflexões que demonstram que as ciências têm sido funcionais a uma polarização de mundo, e que as formas de dominação que surgiram no processo de colonização europeu continuam atuando contemporaneamente sob a forma da colonialidade. O prisma da decolonialidade intenciona justamente avançar com este debate, ao desvendar a lógica da colonialidade (do poder, do saber e do ser) como a “face oculta da modernidade” (MIGNOLO, 2017), assim, indissoluvelmente ligada à criação e desenvolvimento do mundo moderno. Importante ressaltar que a colonialidade é baseada na classificação apoiada na lógica imperial e que sobrevive mesmo com o fim do colonialismo, uma classificação racial, étnica, sexual, patriarcal, entre outras que se combinam e que incutem um tipo de subordinação nos diferentes níveis de vida individual e coletiva.



Seguindo esta reflexão, entendemos que aprofundar o debate sobre a educação e a descolonização do poder/saber, se faz imprescindível para compreender que este cenário de novas epistemologias que apresentam resistência à hegemonia de uma matriz cultural e epistêmica eurocêntrica surgiu das lutas de movimentos sociais emancipatórios relacionados em grande medida a práticas de educação popular.

O movimento decolonial, enquanto um coletivo internacional, reflete um projeto interdisciplinar, que, segundo Catherine Walsh, provoca fissuras na ordem hegemônica moderno-colonial, apresentando potencial instigante para a reflexão sobre interculturalidade, relações étnico-raciais de subalternidades que coincidem no subcontinente, propondo ainda uma nova maneira de encarar a produção do conhecimento e a educação (WALSH, 2013).

Walsh enfatiza que o processo de libertação a ser realizado com a contribuição das pedagogias decoloniais não trata somente de reconhecer as identidades culturais, como se a colonialidade pudesse ser superada apenas no campo cultural, indicando que a necessidade primeira “(...) é atacar as condições ontológicas-existenciais e de classificação racial e de gênero; incidir e intervir em, interromper, transgredir, desencaixar e transformá-las de maneira que superem ou desfaçam as categorias identitárias (...)” (WALSH, 2013, p. 55).

Streck e Adams (2012, p. 247) indicam que o cenário de propostas metodológicas que apresentam “resistência e reação à manutenção de uma matriz cultural e epistêmica” que questionam a colonialidade surgiram de um contexto político onde as lutas dos movimentos sociais emancipatórios foram protagonistas, estando relacionados em sua grande maioria, às práticas de educação popular.

Partir do acúmulo teórico de autores latino-americanos, a exemplo de Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Catherine Walsh, e também de fundamentais pensadores que dialogam com a educação emancipadora, a exemplo de José Martí, José Carlos Mariátegui, Paulo Freire e Orlando Fals Borda para avançar teoricamente nos pressupostos da descolonização do saber nos leva de fato a entender como a questão do rompimento com um ocidental centrismo no saber já estava posto, antes do tema “giro” decolonial que toma lugar na academia contemporaneamente. Estes autores nos indicam

possíveis novos paradigmas aportados pelos saberes não-eurocêntricos mediante conceitos, debates e contribuições que nos levam a pensar práticas e atores sociais a partir de diferentes relações sociais originadas em distintas epistemologias. Partem do estudo das relações sociais e da cultura, compreendendo que não é possível fazer uma educação sem conhecer o educando, sem partir da sua realidade, ou seja, da leitura de mundo. Atuam para reagir à educação tradicional que ajusta o indivíduo a uma realidade que oprime e silencia grupos e sujeitos históricos.

Os autores decoloniais levantaram suas vozes para reconhecer a sua própria cientificidade e a necessidade de adaptar seus trabalhos à sua realidade específica. Essa necessidade é descrita em trabalhos sob a forma de novas epistemologias subversivas, por questionarem o padrão hegemônico de poder/saber encontram terreno fértil em práticas pedagógicas emancipatórias, em legado direto com a luta por reconhecimento cultural dos movimentos emancipatórios.

Uma nova pedagogia decolonial caracteriza por complementar-se tanto de concepções pedagógicas e humanizadoras como a de Paulo Freire, como por uma crítica necessária ao legado histórico da colonização e do modelo de desenvolvimento do capital na região, o qual acentuou as desigualdades sociais e o antagonismo de classe. Como indicado por Boaventura de Sousa Santos (2007), em sua discussão sobre a ecologia dos saberes, se faz necessário romper o abismo entre o lado visível e invisível do mundo, rompendo com a herança colonizadora e a matriz epistêmica racionalista e legalista das narrativas oficiais que promovem o silenciamento e exclusão de grupos historicamente subalternizados.

No Brasil, apesar de estarmos iniciando os estudos sobre a decolonialidade – em comparação aos outros países do subcontinente – é sabido que as lutas dos movimentos sociais, com protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das organizações da Via Campesina Brasil, avançou-se em termos de “reivindicação da democratização do acesso à educação para os povos do campo no marco das políticas públicas” (BARBOSA; ROSSET, 2017, p. 22).

Freire contribui com o debate indicando a necessidade de, por meio da produção coletiva dos conhecimentos e da apropriação de práticas de educação popular, encontrarmos potenciais emancipatórios. Paulo Freire, provavelmente mais do que qualquer outro intelectual do século XX, deu as bases para pensar pedagogicamente, para entrelaçar o pedagógico-político e o político-pedagógico. “A leitura crítica do mundo”, em suas palavras, “é um que-fazer pedagógico-político indicotomizável do que-fazer político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização de grupos e classes populares para intervir na reinvenção da sociedade” (FREIRE, 2000, p. 21). Freire já entendia nossa fragilidade em termos de história e de disputa da narrativa histórica e, justamente por isso, indicava o protagonismo da cultura e do saber popular como ponto de partida para uma outra educação possível e necessária, que dialogue com um projeto de nação.

### **Educação em Direitos Humanos e Democracia: a disputa dos rumos da sociedade**

No que diz respeito a Educação em Direitos Humanos e sua estreita ligação com a construção de valores democráticos e com esta ideia de uma nação que acolha toda diversidade, podemos também fazer um contraponto com as contribuições de Freire para o avanço dos rumos da sociedade nesse sentido de vivência democrática.

O educador pernambucano aponta a importância da emersão do povo em seu processo histórico, dirigia seu método para que muitos homens e mulheres que sabem “pouco de si” se reconheçam como cidadãos do mundo. Aqui também compreendemos que o saber “pouco de si” como lugar de opressão, da não oportunidade de educar-se, entendendo essa educação como aquela que recebemos nas instituições sobre os saberes acumulados no decorrer da história, sendo então, um motivo para se tornar emergente a educação das camadas populares e prática de Direitos Humanos dos quais as camadas populares são, em grande parte, privadas.

Nessa perspectiva, se tomarmos a realidade que vivenciamos, de profundas polarizações e constantes conflitos políticos e sociais baseados na defesa de direitos para as camadas sociais privilegiadas às custas das fragilizadas com as desigualdades sociais, podemos afirmar que apropriarmos-nos das ideias de Freire de leitura e visão crítica do mundo, contribui para entender que nossa indignação também é pedagógica, além de um grito e um chamado contra as desigualdades entre os homens. Seria, diretamente em suas palavras, um compromisso com a radicalidade do que significa ser humano:

O radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em ‘círculos de segurança’, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la. (FREIRE, 2019, p. 37)

Em outras palavras, estamos falando daquelas pessoas que, não conformadas com realidade de iniquidade em que vivem, lutam por mudanças que beneficiem a todos de forma igualitária, e que causem rupturas com as estruturas de dominação políticas e sociais que violam seus direitos. A radicalidade de Freire não se associava com a vontade de transformação social da forma de organização social ou de forma de governo. Apesar de não descartar a necessidade de reformas na estrutura política e econômica da sociedade brasileira, contudo, busca através do processo educativo, “adesão à necessidade das reformas profundas, como fundamento para o desenvolvimento e este para a própria democracia” (FREIRE, 1975, p. 87). Portanto, sua forma radical de ver o mundo e suas possibilidades era sua pedagogia atrelada à leitura do mundo e de um mundo mais justo.

Por sua vez, sua radicalidade deve ser recuperada sempre em contraste com o sectarismo. Freire diz que o sectário, seja alinhado a uma esquerda ou a uma direita política, quer se pretender sempre como “proprietário da história” (FREIRE, 2019). Quando se busca a raiz das coisas, criamos um terreno de grande possibilidade para encontrar a verdade, ou, em termos filosóficos, encontrar o conhecimento e elevação do senso comum, que tanto nos simplifica e padroniza. A superficialidade nos leva à sectarização. A dialogicidade, como forma de nos relacionar com o mundo, nos induz à elevação do senso comum, em um sentido gramsciano do termo. Existem, contudo, algumas condições para o diálogo, descritas por Freire em *Pedagogia do Oprimido* e que contemporaneamente não encontram espaço no mundo e nas relações humanas. A maior dessas condições seria o amor ao mundo e aos homens.

A superficialização é um outro ponto interessante a se tratar quando percebemos, como é o caso, que os rumos da sociedade atual estão se perdendo em uma “teoria” que fica apenas superfície, que não adentra as diversas realidades dos oprimidos, além do fato de vivermos um momento de negação do saber, da ciência. Essa negação pode ser visualizada através dos discursos, do que está previsto nas leis e muitas vezes em forma de políticas públicas do legislativo, mas não alcançam a prática, ou seja, não se tornam tangíveis em ações que rompam com a lógica da opressão, do silenciamento e da negação histórica de direitos, passando até mesmo pelo existir. E, discorrer sobre essa questão é tocar nas chagas sociais da colonização, do racismo, da pobreza, da fome, da falta de acesso à saúde e à educação, entre outros direitos que muito se vê hoje como privilégio de uma classe que de fato os vivencia.

Na esteira desta reflexão, podemos problematizar sobre a possibilidade, cada vez mais intrincada do diálogo entre o povo e o Estado. O que queremos dizer é o seguinte: agentes e estrutura pública parecem, sob o julgo do avanço neoliberal, ceifar a escuta, os anseios de muitos homens e mulheres historicamente marginalizados.

Estamos diante de uma desumanização profunda das relações de sociais, de trabalho, um engessamento da humanidade, parecendo não avançar na busca por transformar a realidade e um não questionamento das estruturas dominantes, em outras palavras, não acontece o diálogo, que “[...] é uma postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos[...]” (FREIRE; SHOR, 2021, p. 169). Por consequência dessa ausência de comunicação, ou, todavia, a falta de oportunidade para a comunicação, torna-se regressivo os avanços sociais até o presente conquistados, uma verdadeira contradição aos Direitos Humanos. A democratização de uma sociedade transcorre do processo de humanização de suas relações, da nossa capacidade de indignação perante as injustiças.

Outro tema importante a se ressaltar, já que estamos falando de educação como um processo mais profundo – que envolve a cultura e espaços de socialização, para além da escola – que se relaciona com o processo de negação da ciência, de direitos, do bem comum e banalização da vida. Estamos nos referindo ao fenômeno das Fake News (Notícias Falsas), tão presente no nosso tempo, na esfera política, pública, e educacional,

infelizmente. Esse fenômeno tem, inclusive, ido de encontro aos pressupostos democráticos e de lisura dos processos eleitorais, quando tivemos no último pleito presidencial, em 2018, uma forte manipulação em torno de notícias que favoreceram um candidato – hoje presidente – que se alinha a uma direita política conservadora e anti-popular. A desinformação ou uma informação distorcida, moldada sob a ótica do opressor, é um agravante por revelar que “nenhuma ‘ordem’ opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer ‘Por quê?’” (FREIRE, 2019, p. 106).

As notícias falsas refletem a manipulação social daqueles a quem são negados o direito de estudar, pois, se estudassem, o saber os faria questionadores, sujeitos que não acetariam a subalternização de seus direitos por não entenderem claramente os mecanismos, a distorção das informações, que visam mantê-los em um lugar de massa (sendo massa aqui como Paulo Freire chamaria os sujeitos que não entendem a realidade por não fazerem parte da cultura erudita, do saber sistematizado) e não de povo (FREIRE, 2019).

Além disso, o regime democrático deve nos dar uma garantia de “saber que somos”, que somos cidadão de direitos, sujeitos que no mundo estando, nele podemos intervir e participar, e participando ativamente, em todas as vezes que exercemos nossa liberdade de questionar as estruturas de dominação, não estamos rompendo com a democracia, estamos dando pleno cumprimento a ela (FREIRE, 2020). Um pleno cumprimento da democracia que prevê, fundamentalmente, a disputa dos rumos da sociedade:

[...] Como vimos, aí radica nossa educabilidade, bem como nossa inserção num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores, não apenas nos damos conta das coisas, mas também delas podemos ter um conhecimento cabal. A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos ou animais ou do cultivo das plantas. (FREIRE, 2020, p. 67)

Isto significa que, a criticidade é algo presente em nossa humanidade enquanto seres que podem aprender, aprender com os outros no mundo. Sendo, nessa concepção, educadores conscientes da educabilidade que se faz possível na interação interpessoal dos sujeitos, ou como diria Freire (2019), sujeitos cognoscentes no qual o mundo seria

arcabouço de objetos cognoscíveis, compreendendo que o mundo que cerca os homens e as mulheres estão cheios de conhecimentos possíveis de serem aprendidos sobre ele e nele.

Neste ensejo, em um mundo cheio de existências diversas, o que nos resta é a união dessa pluralidade de formas e jeitos de ser e viver, uma convergência dos homens e mulheres no mundo para, como vínhamos percorrendo anteriormente, efetivar lutas por mudanças em suas realidades, pois “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2019, p. 72). Não há assim, uma libertação em individualidade, que, segundo Freire (2019), é no descobrimento do opressor que se inicia na busca pela liberdade, pelo autêntico “ser” inconformado com o que é imposto. Também não existe espaço para uma libertação sem reflexão do que se busca, para um “ativismo”, para um simples agir por agir, sem um fim estabelecido e sem ligação com o que se busca, ou seja, a plena efetivação dos direitos de todos na vida em sociedade, sem distinção.

Desse modo, se pensarmos em nossa atual democracia e a analisarmos, como temos feito até agora sob o pensamento freiriano, e também para além dele, fica claro que a cidadania neste contexto se torna algo “de papel”, como defende Gilberto Dimenstein, em sua conhecida obra *O Cidadão de Papel* (DIMENSTEIN, 1994). Neste trabalho, e nos referimos a ele pelo seu direto diálogo com o que foi explorado até aqui, são feitas várias denúncias ao modo como o poder público garante, apenas nos escritos da lei, direitos para todos os povos e para a efetiva construção da nação brasileira.

### **Conclusões: a busca do despertar da vocação ontológica**

Há um sentido ontológico na educação freiriana que certamente se relaciona com a radicalidade de seu humanismo. Longe de esgotar toda a riqueza e complexidade de algumas de suas principais obras e de seu legado pioneiro para uma pedagogia decolonial, para um real empoderamento coletivo, objetivou-se destacar a busca por uma humanização – que, para ele, deveria ser crescente – e que deveria ser, mais ainda, incansável.

Freire já apontava a importância de tomar a história sob nossas rédeas, como forma de combate a uma das mais efetivas formas de continuidade de nossa condição subalterna e da manutenção de uma hegemonia eurocêntrica que se perpetua principalmente a partir do apagamento, da retirada do direito de ser e de dizer a palavra. Afinal, em *Pedagogia da Autonomia*, destaca que a nossa natureza social que a ontologia cuida se gesta socialmente na História e nos faz originais perante as outras criaturas do mundo, inacabadas.

Enquanto falou sobre a nossas características enquanto seres inacabados, e por assim distintos do inacabamento das árvores e dos outros animais, reforçou que nos tornamos capazes de nos saber inacabados. Assim, ao mesmo tempo precisamos nos inserir num movimento que é permanente e de busca, que chama de vocação do ser mais, a vocação ontológica. Na completude dessa vocação do ser mais podemos nos perder diante da desumanização. Mas, podemos ser também presença no mundo que sonha e que transforma.

É justamente o que pretendemos destacar em homenagem ao recente centenário Freire, a “fé” revolucionária racional, a fé no seu grupo, e, fundamentalmente, pensando a disputa dos rumos da sociedade como um ato pedagógico coletivo, uma construção educativa e de prática política pela base popular.: a “fé no poder de fazer e de se refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens” (FREIRE, 2019, p. 112).

## Referências

BARBOSA, L. P.; ROSSET, P. M. Movimentos Sociais e Educação do Campo na América Latina: Aprendizagens De Um Percurso Histórico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.13, n.26, p.22-48, set./dez. 2017.

BERTH, J. **Empoderamento** (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Pólen, 2019.

DIMENSTEIN, G. **O Cidadão de Papel**. São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.



FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e Ousadia**: O Cotidiano do Professor. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Vol. 3. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LANDER, E (org.) **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005.

LÖWY, M. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, jun. 2017.

SALES, R. L. de; AGUIAR, J. D. A fé do povo latino-americano: entre o cristianismo da libertação e as lutas populares. **Religião & Sociedade**, v.40, n.02, p. 99-122, 2020. Acessado 02 Junho 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872020v40n2cap05>

STRECK, D. R. Cinco razões para dialogar com Paulo Freire. **Revista e-curriculum**. Edição Especial De Aniversário De Paulo Freire, São Paulo, v.7, n.3, Dezembro, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/7595/5545>. Acesso em: 13 set. 2020.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.1, p.243-257, 2012.

WALSH, C. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (ed.), **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.